



O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DOS REGIMES MUNICIPAIS DE SANTA CATARINA

**Andréia Staub
Wilson Sothe**

RESUMO

O estudo tem como objetivo geral analisar a situação financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios do Estado de Santa Catarina. Para isso, realizou-se uma pesquisa de natureza teórico-empírica, com abordagem quantitativa. A coleta de dados foi por meio de sites, especificamente o CADPREV. A população desta pesquisa é composta pelos 295 Municípios de Santa Catarina, e a amostra compreende todos os municípios com um RPPS instituído, que totaliza 77. Os dados da pesquisa são provenientes do DRAA. Verificou-se que a grande maioria apresenta equilíbrio nos períodos analisados na análise financeira. Na avaliação atuarial, verificou-se que existem déficits na maioria dos municípios. Em relação aos municípios com RPPS instituído que apresentam equilíbrio financeiro e atuarial, foram identificados dois que apresentaram equilíbrio em todos os períodos: Otacílio Costa e Arroio Trinta. O município de Taió foi o único que apresentou déficits em todos os períodos.

Palavras-chave: Previdência Social. Regimes Próprios de Previdência. Equilíbrio Financeiro e Atuarial.


1. INTRODUÇÃO

Os Regimes Próprios de Previdência, que é objeto de estudo desse trabalho, segundo o Portal da Previdência Social (2016), podem ser definidos como um sistema de previdência estabelecido em cada ente federativo, que assegure por lei, pelo menos os benefícios previstos no artigo 40 da Constituição Federal.

De acordo com Horvath (2011) os Regimes Próprios de Previdência objetivam a cobertura previdenciária dos servidores públicos. O autor salienta que a união e todos os Estados brasileiros já possuem regimes próprios para atender seus servidores, no entanto, nem todos os municípios possuem regime próprio. Logo, os servidores desses municípios são filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

No Estado de Santa Catarina, de 295 municípios, apenas 77 cidades possuem um regime Próprio de previdência. Isso representa, em percentual 26,10% do total. Os outros 76,7% estão filiados ao Regime Geral de Previdência. O índice é menor do que no restante do país, que é de 37%. (GORGES, 2017)

O estudo tem como objetivo geral analisar a situação financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios do Estado de Santa Catarina. Já os objetivos específicos são: Identificar os municípios do estado que atualmente adotam o Regime Próprio de Previdência Social; Analisar a situação financeira dos RPPS; Demonstrar e analisar os resultados dos últimos cinco anos dos Regimes Próprios de Previdência Social; e identificar os municípios que apresentam equilíbrio financeiro e atuarial.



O estudo justifica-se pela relevância do tema que, além de abranger os servidores públicos filiados aos Regimes Próprios de Previdência, de interesse geral da sociedade, já que afeta diretamente o interesse da mesma, apresenta a vantagem de que quanto mais se gasta em previdência, menos dinheiro há para investimentos ou para o custeio de outras políticas públicas, como saúde, educação, segurança e saneamento básico.

O artigo está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo traz a introdução, que engloba uma abordagem geral do tema que foi pesquisado. Além disso, apresenta os objetivos, e a justificativa do trabalho. O segundo capítulo traz o referencial teórico, que apresenta um embasamento histórico e a principal conceituação acerca do tema abordado. O terceiro capítulo engloba os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização da pesquisa. Na sequência, o quarto capítulo objetiva analisar e discutir os resultados encontrados na pesquisa, por fim, o quinto e último capítulo traz as considerações finais do mesmo.

2. REFERENCIAL TEORICO

Nesse capítulo, estão elencados alguns dos principais conceitos acerca da legislação previdenciária brasileira, mais especificamente dos regimes próprios de previdência. Além disso, serão apresentados alguns dados históricos sobre a evolução desses sistemas.

2.1 HISTÓRICO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

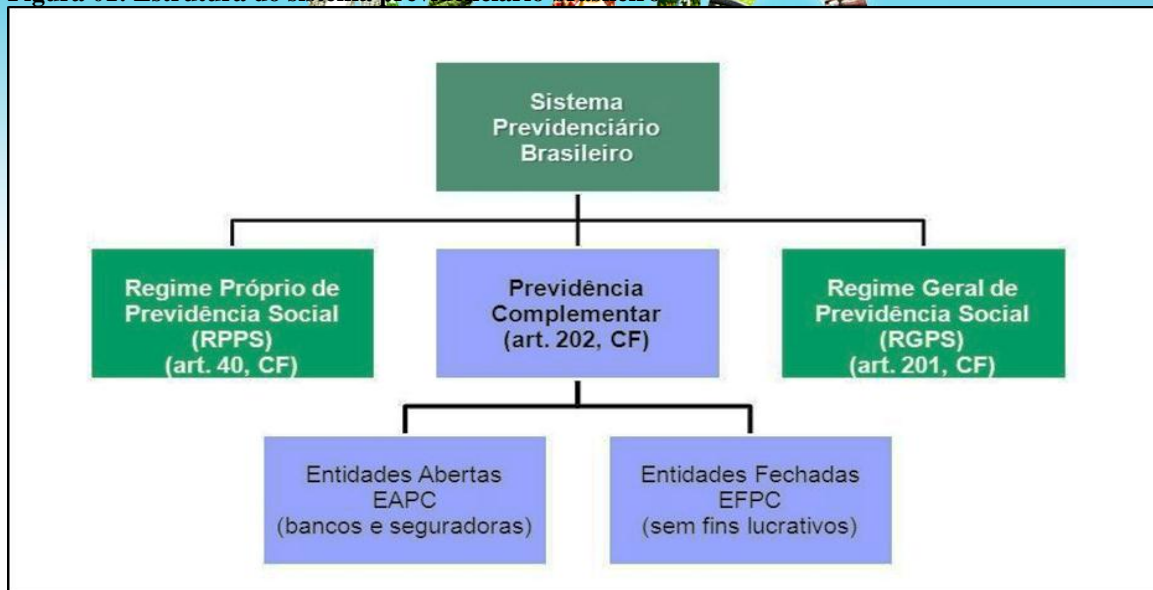
No Brasil, o primeiro passo em relação a instituição de um benefício previdenciário foi dado com a constituição de 1.824, que previa a existência de socorros públicos. No entanto, na prática, a norma não foi muito eficaz. Nos anos seguintes, a partir de 1.835, foram sendo criados novos princípios com características assistenciais. É importante ressaltar que, os primeiros benefícios intitulados de aposentadoria foram direcionados aos funcionários públicos dos correios no ano de 1.888 e os ferroviários, dois anos depois. (CHAMON, 2005)

Todavia, o ano considerado marca para a previdência no país, foi o ano de 1.923, com a publicação da lei Eloy Chaves, que inicialmente, trazia proteção a todos os trabalhadores das estradas de ferro do país. A referida lei contemplou benefícios de aposentadoria, pensão por morte e assistência médica. (CHAMON, 2005)

Os Regimes Próprios de Previdência- RPPS, por sua vez, surgiram durante a república. Somente a partir da EC 3/1993 passou a ser regulamentada prevendo contrapartida dos servidores, sendo que antes desse período a seguridade dos funcionários públicos era inteiramente mantida pelo Estado. A Lei Federal 9.717, de 1998, trouxe a normatização das regras gerais referentes a esse sistema. (TAVARES, 2014)

Com a evolução no decorrer do tempo, passou se a ter a estrutura do sistema previdenciário que temos hoje. A figura 01 apresenta essa estrutura:

Figura 01: Estrutura do sistema previdenciário brasileiro



Fonte: Portal da Previdência Social (2016)

2.2 O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A evolução dos sistemas de previdência social dos servidores públicos apresenta três períodos históricos distintos.


O primeiro se refere ao período anterior à Constituição Federal de 1988, em que era destinado a apenas uma parcela dos servidores; na época não existia regra alguma que se destinasse a assegurar o equilíbrio entre as receitas e as despesas. O segundo período se inicia com a constituição de 1988, que sem grandes mudanças em relação ao período anterior, acabou incentivando uma rápida expansão dos regimes próprios de previdência. (NOGUEIRA, 2012)

Ainda de acordo com o autor, o terceiro período, que se iniciou a partir da reforma de 1998, criou um novo marco institucional, tendo como princípios básicos a exigência do caráter contributivo e do equilíbrio financeiro atuarial. (NOGUEIRA, 2012)

A Lei Federal nº 9.717, de 1998, que dispõe sobre as regras gerais para a organização e funcionamento dos RPPS, marcou a reforma da previdência ocorrida naquele ano.

De Marco et al. (2009, p. 46) observa que:

antes da edição dessa Lei, os entes da federação possuíam competência plena para legislar sobre a previdência de seus servidores. Essa liberdade ampla favoreceu, na maioria desses entes, que não se instituiu contribuição ou que se destinassem recursos suficientes para custeio de todos os benefícios previdenciários. Ademais, os recursos arrecadados, em caso de sobra, podiam ser destinados a quaisquer fins. Essa prática, pouco a pouco, foi causando o desequilíbrio das contas públicas, tornando insustentável o custeio dos proventos e pensões;



A avaliação atuarial, por sua vez, conforme Souza (2016) é realizada por profissionais com formação na área de ciências atuariais. O objetivo dessa avaliação é avaliar o plano de custeio dos regimes próprios de previdência, levando em consideração as características biométricas, demográficas e econômicas da população avaliada, sendo que todos os RPPS são obrigados a efetuar essa avaliação.

Segundo o Portal da Previdência Social (2016), com a edição da portaria 403 de 10 de dezembro de 2008, passaram a ser tratadas medidas para solucionar os históricos déficit atuariais, o que incluí a segregação de massa dos segurados, a construção de planos de equacionamento, com lei de cada ente federativo.

3. PROCEDIMENTOS METODÓDICOS

Em relação a natureza, a pesquisa caracteriza -se como teórico-empírica, pois devido à complexidade do tema e problema faz- se necessário buscar dados primários e secundários para esclarecer os objetivos propostos. Segundo Rampazzo e Corrêa (2008, p. 65), “[...]a pesquisa teórica pode envolver a organização coerente de ideias obtidas em bibliografia relacionada e confiável, acerca de um determinado tema[...]”

No que tange a abordagem do problema a pesquisa é quantitativa. Quanto aos objetivos propostos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória. Em relação aos procedimentos, a pesquisa é classificada como documental.

Como população da pesquisa, são considerados todos os municípios do Estado de Santa Catarina que totalizam 295 municípios. Como amostra do estudo foram selecionados os municípios do estado que possuem Regimes Próprios de Previdência Social. A partir desta amostra, os municípios foram estratificados em cinco grupos, de acordo com a faixa populacional, onde optou-se em selecionar uma amostra de 40% dos municípios de cada grupo estratificado de acordo com a faixa populacional, utilizando-se como critério de seleção em cada grupo estratificado.

Para a coleta de dados deste estudo serão utilizadas informações primárias e secundárias. Os dados secundários extraídos de bibliografias que apresentam dados já anteriormente coletados, através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e em sites com informações confiáveis. Os dados primários foram extraídos de relatórios disponíveis e apresentados pelo Ministério da Previdência Social no seu sitio eletrônico, em especial os demonstrativos de resultados da avaliação atuarial.

Partindo desse pressuposto, os dados coletados dos regimes próprios de previdência dos municípios que compõe amostra da pesquisa, foram tabulados em planilhas de excel, e apresentadas em forma de quadros, a fim de facilitar a análise e a interpretação dos dados. Foram elencados os municípios catarinenses que, de acordo com os dados do sistema dos regimes próprios de previdência possuem um regime próprio de previdência instituído, e, após isso, estratificadas amostras de acordo com a faixa populacional dos municípios. A partir disso, foram apresentadas, dessas amostras, os resultados financeiros de 2015 e 2016 e os resultados atuariais do período de 2012 a 2016.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados que foram coletados junto ao Portal da previdência Social, bem como no Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social do Governo Federal, através dos demonstrativos de resultado da avaliação atuarial.

4.1 ESTATÍSTICA DOS MUNICÍPIOS COM REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina é constituído de 295 municípios. Destes, 77 possuem regime próprio de previdência instituído, o que representa 26,10% do total dos municípios. Em uma análise comparativa com o Brasil, o índice de municípios com RPPS em Santa Catarina é menor que a média nacional que é de 37%.

4.1.1 Estratificação e formação de grupos de municípios

Com base na análise estatística dos municípios e para uma melhor compreensão e análise dos dados da pesquisa, os municípios com regime próprio de previdência instituído, foram estratificados em cinco grupos, de acordo com a faixa populacional, sendo divididos da seguinte forma:

Grupo 01: Formado por 22 municípios, com a população superior a 50 mil habitantes.

Grupo 02: Formado por 15 municípios, com a população entre 20 e 50 mil habitantes.

Grupo 03: Formado por 14 municípios com a população entre 10 e 20 mil habitantes.

Grupo 04: Formado por 14 municípios com população entre 05 e 10 mil habitantes.

Grupo 05: Formado por 12 municípios com população inferior a 05 mil habitantes.

A população dos municípios é de acordo com as estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros, com data de referência em 1º de julho de 2017, publicada pelo IBGE.

Quadro 01: Municípios com população superior a 50 mil habitantes

Município	População
Balneário Camboriú	135.268
Biguaçu	66.558
Blumenau	348.513
Brusque	128.818
Caçador	77.323
Camboriú	78.731
Chapecó	213.279
Concórdia	73.766
Criciúma	211.369
Florianópolis	485.838
Içara	54.845
Indaial	66.497
Itajaí	212.615
Jaraguá do Sul	170.835
Joinville	577.077



Lages	258.508
Mafra	107.007
Navegantes	101.137
Palhoça	164.926
Rio do Sul	69.188
São Bento do Sul	82.842
São José	239.718

Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência - CADPREV/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Estimativa 2017)

Analisando os dados do quadro 01, nota-se que no grupo com maior quantidade populacional, é também o grupo em que mais municípios instituíram esse regime. Um ponto de destaque é que as 10 maiores cidades do Estado, optaram pela instituição de um Regime Próprio de Previdência para os servidores. São elas: Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Criciúma, Chapecó, Itajaí, Lages, Jaraguá do Sul e Palhoça. (IBGE, 2017)

O Quadro 02 apresenta os municípios que possuem RPPS instituído com população entre 20 e 50 mil habitantes.

Quadro 02: Municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes


Município	População
Araquari	35.268
Barra Velha	27.781
Curitibanos	39.566
Forquilha	25.988
Herval d'Oeste	22.443
Itaiópolis	21.506
Joaçaba	29.608
Orleans	22.723
Pomerode	32.334
Porto União	35.207
Rio Negrinho	42.029
São João Batista	35.065
Tijucas	36.931
Timbó	42.801
Videira	49.500

Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência - CADPREV/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Estimativa 2017)

No Quadro 03 estão demonstrados os municípios que possuem RPPS instituído no Estado, na faixa populacional de 10 até 20 mil habitantes.

Quadro 03: Municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes

Município	População
Balneário Piçarras	19.899
Campo Alegre	12.012
Garopaba	19.350
Ilhota	13.857
Itapoá	19.355
Nova Trento	14.099
Nova Veneza	14.837



Otacílio Costa	18.313
Papanduva	10.015
Porto Belo	10.563
Quilômetro	10.044
Santa Cecília	16.701
Santo Amaro da Imperatriz	19.990
Taió	18.261

Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência - CADPREV/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Estimativa 2017)

Na sequência, o Quadro 04 apresenta os municípios com RPPS, estratificados com a faixa populacional de 05 até 10 mil habitantes.

Quadro 04: Municípios com população entre 05 e 10 mil habitantes

Município	População
Águas Mornas	6.298
Alfredo Wagner	9.960
Angelina	5.100
Antônio Carlos	8.327
Balneário Barra do Sul	9.765
Major Vieira	8.015
Maracajá	7.139
Paulo Lopes	7.360
Rio das Antas	6.246
Rio do Campo	6.043
Salete	7.634
São Cristovão do Sul	5.464
São Pedro de Alcântara	5.602
Timbó Grande	7.767

Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência - CADPREV/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Estimativa 2017)

Como último grupo estratificado, o Quadro 07 apresenta os municípios com população inferior a 05 mil habitantes, adeptos ao RPPS no Estado de Santa Catarina.

Quadro 05: Municípios com população inferior a 05 mil habitantes

Município	População
Anitápolis	3.248
Arroio Trinta	3.564
Leoberto Leal	3.140
Macieira	1.799
Matos Costa	2.614
Novo Horizonte	2.532
Passos Maia	4.243
Pinheiro Preto	3.480
Rancho Queimado	2.871
Salto Veloso	4.655
São Martinho	3.210
Witmarsum	3.912

Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência - CADPREV/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Estimativa 2017)

Dá análise do Quadro 05, pode-se observar que quinto grupo, composto pelos municípios com a menor população, é também aquele que contém o menor número de municípios. Observa-se também que, ao contrário do que se ocorre com as 10 maiores cidades do Estado, em que todas estão no grupo com RPPS instituído, das 10 menores cidades de Santa Catarina, apenas Macieira optou por manter o sistema próprio de previdência social para os seus servidores públicos.

4.2 ANÁLISE FINANCEIRA E ATUARIAL DOS RPPS

Conforme apresentado no tópico 3.2 do trabalho, para fins de coleta, análise e interpretação dos dados, foi selecionada uma amostra de 40% dos municípios de cada grupo estratificado de acordo com a faixa populacional, totalizando 29 municípios analisados, sendo utilizado como critério de seleção em cada grupo estratificado, o tamanho populacional, seguindo dos maiores para os menores municípios em cada grupo.

4.2.1 Análise financeira dos RPPS

O Quadro 06, além do resultado financeiro do exercício, traz a quantidade de segurados de cada município.

Quadro 06: Resultado financeiro dos RPPS – Grupo 01

Resultado financeiro DRAA em R\$	Exercícios			
	2016	Quant. de segurados	2015	Quant. de segurados
Município				
Biguaçu	749.071,34	887	2.172.930,03	902
Blumenau	(-) 22.948.391,06	9.451	(-) 2.354.629,92	9.072
Caçador	(-) 157.982,54	1.419	782.586,46	1.444
Chapecó	(-) 13.999.853,86	3.932	12.349.612,55	3.759
Florianópolis	55.735.492,88	3.361	49.669.763,54	9.251
Joinville	44.655.597,93	13.715	8.030.148,26	12.539
Navegantes	21.635.302,45	2.565	18.297.679,44	2.289
Rio do Sul	6.434.743,95	1.469	3.633.117,42	1.283
São Bento do Sul	22.503.816,74	2.564	20.255.469,25	2.508

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados do Quadro 06, é possível verificar que a maioria dos municípios da faixa populacional acima de 50 mil habitantes apresentou um superávit financeiro, de acordo com o demonstrativo da avaliação atuarial publicado do sistema de informações dos Regimes Próprios de Previdência.

O quadro 07, além do resultado financeiro, também traz a quantidade de segurados de cada ente dos municípios do grupo 02.

Quadro 07: Resultado financeiro dos RPPS - Grupo 02

Município	Exercícios		Quant. de segurados	Quant. de segurados
	2016	2015		
Araquari	6.900.403,47	4.827.088,68	656	Não consta
Curitibanos	1.890.351,88	1.479.619,56	195	1.039
Herval d'Oeste	(-) 369.297,28	1.002.926,35	540	505
Joaçaba	1.403.144,69	2.018.730,94	849	808
Pomerode	6.439.623,01	5.002.969,86	874	821
Videira	6.439.623,01	6.439.623,01	1.439	1.080

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando o Quadro 07, verifica-se que dos municípios analisados do grupo 02, apenas Herval d'Oeste apresentou um déficit financeiro de (-) 369.297,28 no exercício de 2016, o que indica que existe equilíbrio financeiro na grande maioria dos RPPS dos municípios abrangidos por essa faixa populacional.

Na sequência, o quadro 08, demonstra os resultados financeiros e quantidade de segurados de cada ente.

Quadro 08: Resultado financeiro dos RPPS - Grupo 03

Município	Exercícios			Quant. de segurados
	2016	2015	Quant. de segurados	
Campo Alegre	524.565,77	752.547,80	433	399
Nova Trento	607.781,88	389.750,74	356	208
Otacílio Costa	694.198,20	708.376,19	155	158
Santo Amaro da Imperatriz	1.095.678,77	268.415,05	634	549
Taió	(-)1.418.521,75	(-)1.199.077,12	567	565

Fonte: Dados da pesquisa

A partir dos dados coletados e apresentados no Quadro 08, verifica-se que o município de Taió apresentou um resultado financeiro deficitário em ambos os exercícios analisados. Já os demais municípios analisados, todos apresentaram um resultado financeiro superavitário em ambos os períodos verificados.

. O Quadro 09 apresenta, além do resultado financeiro, a quantidade de segurados por ente do grupo 04:

Quadro 09: Resultado financeiro dos RPPS - Grupo 04

Resultado financeiro DRAA em R\$	Exercícios
----------------------------------	------------

R\$	2016	Quant. de segurados		Quant. de segurados
Município				
Águas Mornas	468.218,91	147	1.604,61	149
Angelina	475.903,68	205	461.353,65	206
Rio do Campo	1.478.637,20	217	não consta	200
Salete	1.573.420,34	178	1.753.556,90	não consta
Timbó Grande	417.717,40	234	1.008.397,62	não consta

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados coletados e apresentados este quadro tangente aos municípios analisados no grupo 04, todos eles apresentaram resultados financeiros superavitários nos períodos de referência. No entanto, verificou-se que no demonstrativo de resultado da avaliação atuarial do município de Rio do Campo do exercício 2015, não foram informados os valores da receita e despesa do mesmo, e conseqüentemente, não há informação sobre o resultado financeiro, o que impossibilita a completa análise dos resultados do grupo.

Finalmente, o quadro 10 apresenta os resultados do quinto e último grupo:

Quadro 10: Resultado financeiro dos RPPS - Grupo 05

Resultado financeiro DRAA em R\$	Exercícios			
	2016	Quant. de segurados	2015	Quant. de segurados
Arroio Trinta	828.603,04	154	756.761,71	140
Macieira	140.655,47	110	250.622,02	111
Pinheiro Preto	(-) 1.277.135,31	129	618.513,63	127
Rancho Queimado	(-) 318.173,41	112	(-) 215.056,40	112
Salto Veloso	771.851,78	190	727.797,41	159

Conforme os dados elencados no Quadro 10, é possível constatar que dos municípios menos populosos do Estado com RPPS instituído, dois deles apresentam déficits financeiros. Foi verificado também através dos dados coletados, que o município de Macieira, mesmo estando entre as 10 menores cidades do país, e sendo a que de todos os municípios analisados tem o menor número de segurados, apresentou resultados financeiros positivos em ambos os exercícios.

4.2.2 Situação atuarial dos RPPS

O Quadro 11 apresenta os resultados da avaliação atuarial dos municípios com faixa populacional acima de 50 mil habitantes. De um total de 22, estão demonstrados os dados de 09 municípios.

Quadro 11: Resultado da avaliação atuarial em R\$ - Grupo 01

Município	Exercícios				
	2012	2013	2014	2015	2016
Biguaçu	(-) - 6.478.823,11	(-) 20.626.939,79	287.952,29	(-) 6.113.125,42	(-) 14.466.156,60
Blumenau	- 1.362.319.824,51	- 1.611.998.159,91	(-) 1.874.243.770,11	(-) 1.941.935.640,12	0,00
Caçador	(-) 141.259.399,38	(-) 150.827.611,55	(-) 15.374.121,94	309.189,32	709.396,54
Chapecó	(-) 171.558.004,19	(-) 180.925.554,22	0,00	(-) 170.594.107,04	(-) 55.980.467,80
Florianópolis	(-) 8.078.376.539,93	(-) 9.150.959.959,22	(-) 13.060.136,26	(-) 12.620.413,80	4.570.524,47
Joinville	(-) 32.241.795,62	(-) 133.690.000,58	(-) 591.204.455,35	6.999.778,39	5.970.323,01
Navegantes	(-) 87.317.230,09	(-) 33.174.252,45	(-) 32.312.052,38	(-) 41.213.244,10	(-) 26.405.850,92
Rio do Sul	708.104,42	(-) 9.570.880,25	377.899,65	(-) 16.279.748,00	383.823,02
São Bento do Sul	(-) 88.525.256,73	(-) 111.588.635,64	(-) 25.669.677,77	(-) 36.229.382,03	0,00

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados apresentados no Quadro 11, é possível verificar que todos os municípios apresentaram déficits nos seus resultados de avaliação atuarial na maioria dos períodos. Apenas os municípios de Blumenau (2016), Chapecó (2014) e São Bento do Sul (2016) apresentaram equilíbrio atuarial em algum período.

O grupo 02 engloba os municípios que tem população entre 20 e 50 mil habitantes. De um total de 16 municípios, foram analisados 06, cujos dados coletados estão apresentados no Quadro 12.

Quadro 12: Resultado da avaliação atuarial – Grupo 02

Município	Exercícios				
	2012	2013	2014	2015	2016
Araquari	(-) 37.334.756,35	(-) 44.640.801,43	(-) 42.991.610,47	(-) 37.851.919,96	2.269.809,80
Curitibanos	(-) 20.934.092,20	(-) 72.836.137,61	(-) 63.535.495,43	14.724.900,70	14.413.292,15
Herval d'Oeste	(-) 7.640.489,01	(-) 43.104.691,60	(-) 53.026.784,45	(-) 41.475.012,15	(-) 47.952.284,23
Joaçaba	2.953.932,47	48.354,18	(-) 20.126.847,57	50.117,80	(-) 5.854.560,92
Pomerode	(-) 7.924.139,15	(-) 241.582,97	203.321,32	1.205.924,90	163.183,60
Videira	(-) 68.202.475,93	(-) 71.002.521,64	449.236,29	12.539.673,13	11.139.593,37

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os dados apresentados no Quadro 12 que engloba os municípios do grupo 02, verifica-se novamente que a maioria das cidades apresentou resultados deficitários no que tange a avaliação atuarial nos exercícios de 2012 a 2016.

O grupo três engloba os municípios que tem população entre 10 e 20 mil habitantes. De um total de 14, o Quadro 13 apresenta os dados de 05 municípios.

Quadro 13: Resultado da avaliação atuarial em R\$ – Grupo 03

Município	Exercícios				
	2012	2013	2014	2015	2016
Campo Alegre	49.536,34	(-) 4.058.059,08	8.537,50	(-) 4.635.523,48	(-) 8.834.241,34
Nova Trento	314.281,21	(-) 9.870.506,20	9.603,15	(-) 4.879.981,57	23.489,61
Otacílio Costa	50.999,98	85.906,09	153.979,96	86.372,99	211.325,10
Santo Amaro da Imperatriz	15.572,69	(-) 16.251.724,37	19.869,14	(-) 12.528.296,26	92.597,02
Taió	(-) 29.257.635,26	(-) 30.698.663,5	(-) 13.732.239,82	(-) 4.941.178,76	(-) 3.067.053,40

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 13 mostra que os resultados atuariais do grupo 03, indicam que os municípios analisados abrangidos por essa faixa populacional, apresentam maior número de avaliações positivas em relação aos outros dois grupos analisados até então.

O grupo 04 traz os municípios que tem população entre 05 e 10 mil habitantes. De um grupo de 14 municípios, foram analisados 05, conforme demonstrado no Quadro 14.

Quadro 14: Resultado da avaliação atuarial em R\$ – Grupo 04

Município	Exercícios				
	2012	2013	2014	2015	2016
Águas Mornas	(-) 3.095.220,00	(-) 6.482.581,17	76.340,91	42.465,63	(-) 2.377.643,32
Angelina	399.777,37	(-) 1.078.609,94	(-) 5.478.198,97	28.478,13	209.206,00
Rio do Campo	(-) 15.174.051,92	(-) 15.079.625,34	(-) 18.998.590,93	(-) 22.327.269,66	625.248,72
Salete	(-) 2.703.844,44	(-) 2.847.196,64	0,00	(-) 3.083.825,92	(-) 4.146.028,73
Timbó Grande	(-) 2.395.502,10	(-) 4.413.838,38	16.603.995,82	(-) 3.082.556,37	(-) 16.780.461,83

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 14 mostra que, de acordo com os dados coletados do demonstrativo de avaliação atuarial do grupo 04, novamente os resultados deficitários ocorreram na maioria dos municípios.

O grupo 05 contempla os municípios do Estado com população inferior a 05 mil habitantes que possuem um RPPS instituído. De um total de 12 municípios, foram analisados 05. O Quadro 15 apresenta os dados coletados.

Quadro 17: Resultado da avaliação atuarial em RPS – Grupo 05

Município	Exercícios				
	2012	2013	2014	2015	2016
Arroio Trinta	631.307,22	156.048,32	4.291,86	41.881,58	138.740,26
Macieira	17.455,52	(-) 138.829,08	135.298,00	69.450,78	(-) 1.276.685,00
Pinheiro Preto	(-) 7.849.337,60	(-) 9.298.002,36	0,00	0,00	1.463.111,75
Rancho Queimado	(-) 2.646.673,28	(-) 2.646.673,28	0,00	23.807,64	(-) 2.049.135,82
Salto Veloso	(-) 601.384,14	(-) 563.643,56	3.966,42	102.116,45	11.124,60

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o Quadro 17, o quinto e último grupo analisado na pesquisa, que trata dos menores municípios com RPPS instituído, os dados coletados na pesquisa, dão conta de estes municípios apresentam os melhores resultados atuariais de todos os municípios do Estado que foram analisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são realizadas as considerações finais do estudo realizado, bem como as recomendações para possíveis estudos futuros.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a situação financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Para atingir o objetivo geral proposto na pesquisa, caracterizou-se a mesma pela natureza teórico-empírica, com abordagem quantitativa, de procedimento documental e objetivo exploratório.


A população da pesquisa é composta pelos 295 municípios do Estado de Santa Catarina. Como amostra do estudo, foram selecionados os municípios do estado que possuem Regimes Próprios de Previdência Social. Destes, selecionou –se uma amostra de 40% para fazer a análise dos dados.

O primeiro objetivo específico do estudo foi identificar os municípios do estado que atualmente adotam o Regime Próprio de Previdência Social.

Por meio dos resultados obtidos através quadros apresentados e, baseados nos dados do sistema de informações dos Regimes Próprios de Previdência – CADPREV, dos 295 municípios do Estado, 77 deles possuem um regime próprio de previdência, o que representa 26,10% do total dos municípios catarinenses.

Quanto ao segundo objetivo específico, que foi analisar a situação financeira dos RPPS, os resultados da pesquisa a partir do DRAA - Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, mostram que a grande maioria dos municípios analisados, nas cinco faixas populacionais apresentaram superávits financeiros nos exercícios analisados.

O terceiro objetivo específico foi demonstrar e analisar os resultados atuariais dos últimos cinco anos dos Regimes Próprios de Previdência Social. Verificou-se por meio da análise dos resultados que existem déficits atuariais muito elevados nos Regimes Próprios de Previdência municipais do Estado.



Em relação ao quarto e último objetivo específico, que foi identificar os municípios que apresentam equilíbrio financeiro e atuarial, verificou-se que apenas dois municípios apresentaram tanto equilíbrio financeiro quanto atuarial em ambos os períodos analisados: Otacílio Costa, que está na faixa populacional entre 10 e mil habitantes e Arroio Trinta, que está no grupo 05, com população inferior a 05 mil habitantes. O município de Taió, por sua vez, foi o único município que não apresentou equilíbrio em nenhum dos períodos.

Em resposta ao objetivo geral, que foi analisar a situação financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social nos Municípios do Estado de Santa Catarina, conclui-se que os municípios analisados em sua maioria apresentaram equilíbrio financeiro nos períodos analisados, no entanto em relação a situação atuarial, apresentaram déficits significativos na grande maioria dos períodos verificados.

REFERÊNCIAS

CHAMON, Omar. **Introdução ao direito Previdenciário**. Barueri: Manole Ltda, 2005. Disponível em: <http://faifaculdades.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520419731/pages/_5> Acesso em: 20 mar. 2017.

DE MARCO, et al. **Os Regimes Próprios de Previdência Social: Fundamentos e Desafios**. Ministério da Previdência Social. Previdência Social: Reflexões e desafios. Brasília, MPS, 2009. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/coleo-previdncia-social/>> Acesso em: 02 mar. 2017

GORGES, Leonardo. **SC tem apenas 3 cidades com sistema previdencial em equilíbrio, afirma TCE**. Diário Catarinense. 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/02/sc-tem-apenas-3-cidades-com-sistema-previdencial-em-equilibrio-afirma-tce-9707729.html>> Acesso: 21 abr. 2017

HORVATH Júnior, Miguel. **Direito Previdenciário**. Barueri, SP: Manole, 2011. Disponível em: <<http://www.insperjr.com.br/dificuldades-e-desafios-do-sistema-previdenciario-brasileiro/>> Acesso: 21 abr. 2017

NOGUEIRA, Narlton Gutierre. **O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: do princípio constitucional a política pública de Estado**. Brasília, MPS, 2012. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/publicacoes/coleo-previdncia-social/>> Acesso em: 02 mar. 2017

PORTAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Perguntas Frequentes: II- Das Definições**. 2016. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/ii-das-definicoes/>> Acesso em: 31 mar. 2017

RAMPAZZO, Sônia Elisete; CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. **Desmitificando a Metodologia Científica: Guia Prático para Produção de Trabalhos Acadêmicos**. Erechim, RS: Habilis, 2008.



SOUZA, Silney. **Contabilidade Atuarial**. Curitiba, Intersaberes, 2016. Disponível em: <<http://faifaculdades.br/3.digitalpages.com.br/users/publication/788559721133/pages/5>> Acesso: 21 abr. 2017.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social**. 15^a ed. Niterói – RJ, Impetus, 2014.